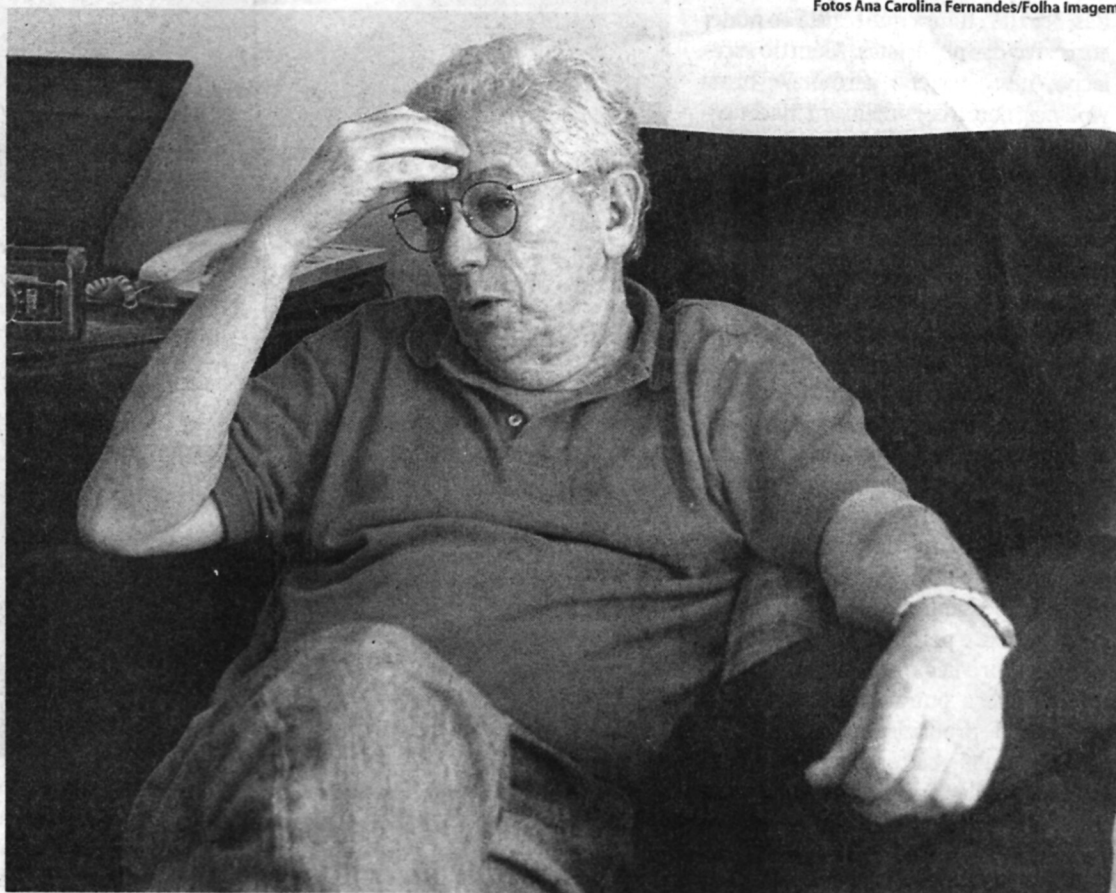
ENTREVISTA DA 2ª

Medida aumentaria o acesso de mais pobres à universidade

Sociólogo defende curso de curta duração para carentes

Fotos Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem

O sociólogo e ex-presidente do IBGE Simon Schwartzman, que defende mudança no ensino superior

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

Não basta oferecer mais vagas em cursos tradicionais de universidades públicas para os estudantes mais pobres terem acesso ao ensino superior no Brasil, avalia o sociólogo Simon Schwartzman, 62. Para ele, é necessário diversificar o sistema, oferecendo novas modalidades de cursos de nível superior —como os de curta duração—, para que mais estudantes consigam continuar estudando após o ensino médio.

Ao fazer um estudo sobre o ensino superior na América Latina, a pedido do Banco Mundial, Schwartzman concluiu, depois de tabular dados das Pnads (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) do IBGE, que o aumento das vagas no ensino superior na década de 90 não foi suficiente para aumentar a participação dos mais pobres no sistema.

Segundo ele, criar cursos noturnos, cotas para pobres ou investir em ensino a distância teria eficácia reduzida se não forem oferecidas novas modalidades de cursos.

Sociólogo defende curso de curta duração

Entrevista de Simon Schwartzman a Antônio Gois publicada na Folha de São Paulo, 3 de junho de 2002

Não basta oferecer mais vagas em cursos tradicionais de universidades públicas para os estudantes mais pobres terem acesso ao ensino superior no Brasil, avalia o sociólogo Simon Schwartzman, 62. Para ele, é necessário diversificar o sistema, oferecendo novas modalidades de cursos de nível superior - como os de curta duração -, para que mais estudantes consigam continuar estudando após o ensino médio.

Ao fazer um estudo sobre o ensino superior na América Latina, a pedido do Banco Mundial, Schwartzman concluiu, depois de tabular dados das Pnads (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) do IBGE, que o aumento das vagas no ensino superior na década de 90 não foi suficiente para aumentar a participação dos mais pobres no sistema. Segundo ele, criar cursos noturnos, cotas para pobres ou investir em ensino a distância teria eficácia reduzida se não forem oferecidas novas modalidades de cursos. Leia abaixo os principais trechos de sua entrevista à Folha:

Folha - Um estudo feito pelo senhor mostra que os pobres continuam tão distantes da universidade quanto estavam no início dos anos 90. Isso é resultado da política de expansão do ensino superior concentrada no setor privado?

Simon Schwartzman - Os alunos de ensino superior vêm de vários níveis sociais. É errado dizer que ele está fechado para as pessoas de nível salarial mais baixo. Mas ao se comparar a composição social desse estudante com a da população, vê-se que a participação dos mais ricos é muito maior. Há informações coletadas dos questionários socioeconômicos do provão que mostram que a composição social dos formandos do setor privado é até mais elitista do que a dos que se formam nas universidades públicas. O provão, aparentemente, está mostrando que o setor público pode estar dando mais chance para alunos de nível social mais baixo do que o setor privado. Não acredito, no

entanto, que tenha havido uma política de expansão do setor privado na década de 90. O governo simplesmente permitiu que isso ocorresse. O problema foi que os governos - federal e estaduais - não tiveram condições de expandir o ensino superior público.

Folha - Que política deveria ser adotada para ampliar a participação dos mais pobres?

Schwartzman - O problema do Brasil é o sistema ser muito restrito. Há uma tendência nos países desenvolvidos e na América Latina de oferecer condições para alunos continuarem estudando após o ensino médio, mas não necessariamente na universidade tradicional. Seriam cursos para adquirir uma qualificação para atuar no mercado, sem precisar de um curso tradicional (mais longo).

Folha - Isso criaria um curso superior para a elite, de duração maior e com investimento em pesquisa, e outro para a população mais pobre, de curta duração, para entrar mais cedo no mercado?

Schwartzman - Essa é uma discussão que vai e volta. Nos anos 30, havia a idéia de criar um curso de nível médio para os estudantes que queriam entrar na universidade e outro, de nível profissionalizante, para quem preferisse entrar logo no mercado de trabalho. Por outro lado, quando você equaliza as chances acaba introduzindo uma discriminação, já que os mais ricos têm mais condições de ocupar as vagas. A solução encontrada por países como a França e a Alemanha para evitar isso foi oferecer os dois tipos de cursos, mas permitindo ao aluno que escolheu o caminho mais curto voltar ao curso tradicional. Essa discussão ainda não existe no Brasil.

Folha - A tentativa de oferecer cursos curtos não vem sendo feita por meio dos cursos sequenciais, criados pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em 1996?

Schwartzman - O conceito de curso sequencial é muito amplo. Acho necessário identificar melhor o que é isso. As experiências brasileiras nesse tipo de curso nunca deram muito certo. Os estudantes ficam insatisfeitos e o mercado de trabalho não absorve os formados. Um dos problemas é que não é permitida a transferência de um estudante que fez um sequencial para um curso tradicional. O estudante faz um curso sequencial de geologia e ganha um diploma que não é tão bom quanto o de um engenheiro. Se houvesse

a possibilidade de continuar no sistema por mais tempo, talvez as pessoas se interessariam.

Folha - Há quem defenda mais investimentos em cursos a distância.

Schwartzman - Há um mito de que o ensino a distância é mais barato e fácil de se expandir. O custo de um bom curso desse tipo é muito maior e complicado do que um tradicional. Há experiências nos Estados Unidos de grandes projetos de cursos a distância que estão fechando. Há um mito de que botando o computador diante do aluno tudo se resolve. Em um curso noturno privado, o professor dá aula para 50 alunos duas vezes por semana. A distância, os alunos precisariam de acesso à internet, material pedagógico de qualidade e condição de contatar com o professor o tempo todo. Acho interessante uma tentativa do grupo Pitágoras [de Minas Gerais], baseada numa experiência norte-americana -um modelo parecido com o do telecurso, que investe na preparação de material didático de melhor qualidade e treina professores para aplicá-lo. É um jeito de fazer educação de massa, mas que não dispensa a relação professor/aluno.

Folha - Esse modelo não é limitado? Ele não parece ter a mesma qualidade de ensino de universidades que investe em pesquisa.

Schwartzman - A situação de um excelente professor e pesquisador que se envolve com os alunos é ideal. Mas em qualquer sistema do mundo poucas pessoas fazem isso. Nas universidades que têm mais tradição de pesquisa no país, isso fica restrito à pós-graduação.

Folha - No Brasil, as melhores universidades são as que desenvolvem pesquisa. Não seria o ideal?

Schwartzman - Estamos falando de educação superior de massa. Há quem tenha uma concepção válida de universidade que investe em pesquisa. Mas não podemos pensar que todo o sistema vá ser assim. Em nenhum lugar do mundo é assim. As universidades com tradição em pesquisa são apenas uma fração do total. No Brasil, onde queremos partir de 13% da população com nível superior para 30%, isso só será possível criando bons escolões de nível superior, e não grandes centros de pesquisa para todos. Um dos problemas de expandir o sistema público é que ele está organizado em um modelo

acadêmico que tem uma série de custos altos embutidos. Nos últimos dias, falou-se muito em crise no sistema paulista (USP, Unesp e Unicamp). Nesse sistema, assim como no federal, a maioria dos professores é doutor e trabalha em regime de dedicação exclusiva. Não dá para expandir um sistema caro como esse. Se estamos pensando em expandir o sistema público, é preciso pensar na utilização de professores em tempo parcial, em pacotes pedagógicos mais estruturados. Não adianta apenas dizer que vamos criar cursos noturnos ou cotas para negros ou estudantes pobres.

Folha - O senhor está preparando um estudo sobre o ensino superior na América Latina. Nós estamos avançando em relação aos demais países?

Schwartzman - A gente avançou mais. Há uma área onde o Brasil é o mais avançado da América Latina, que é a da pós-graduação. Os outros países que começam a desenvolver o setor estão entrando por um lado mais comercial. Nesse setor, o Brasil consegue resultados melhores. O problema é que ele não consegue resultados melhores na base. O sistema se expandiu com qualidade do topo para a base, o que ajuda a explicar a desigualdade. No caso da graduação, não acho que o sistema brasileiro seja tão ruim assim. O problema é que ele é limitado.

Folha - De que adianta melhorar a escolaridade de toda a população sem que isso seja acompanhado de crescimento econômico e geração de renda?
Schwartzman - Sem dúvida, essa é uma preocupação. Há uma escola de pensamento que pensa dessa maneira e outra que diz que uma população educada gera produtos e atividades. No estudo que preparei [sobre ensino superior na América Latina], mostro que o mercado de trabalho da América Latina não demanda hoje gente muito qualificada. Você pode dizer que se formássemos gente mais qualificada, teríamos mais condições de gerar novos investimentos e mais capacidade de inovação. É verdade que há uma série de fatores macroeconômicos que pode atrapalhar e que não tem a ver com educação, como a taxa de juros, por exemplo. Certamente, não é investindo apenas em educação que todos os problemas serão resolvidos. Mas o que se pode fazer? Não investir em educação até que os outros problemas sejam resolvidos? Nossa educação é tão ruim que qualquer coisa que se possa fazer para melhorar é válida. A educação é um instrumento importante de

mobilidade [social]. Se você dá educação, cria igualdade de oportunidades e chances de ascensão que as pessoas normalmente não teriam.